

BOLETIM TRIBUTÁRIO

2ª Quinzena de Novembro

Entendimentos dos Tribunais



STF retoma julgamento de ações que questionam previsões de benefícios fiscais para defensivos agrícolas

Em julgamento relevante para empresas do ramo de insumos agropecuários, o Supremo Tribunal Federal deve retomar a análise de ações diretas de inconstitucionalidade que discutem: (i) cláusulas do Convênio nº 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que reduziu em 60% a base de cálculo do ICMS incidente sobre defensivos agrícolas (os chamados “agrotóxicos”), e dispositivos do Decreto nº 7.660/2011, que estabelece alíquota zero do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns desses produtos; e (ii) as mesmas cláusulas do convênio e um dispositivo da Emenda Constitucional nº 132/2023, que prevê a possibilidade de regime tributário diferenciado para insumos agropecuários, conforme, respectivamente, a ADI 5553 (movida pelo Partido Socialismo e Liberdade — PSOL) e a ADI 7755 (movida pelo Partido Verde — PV). A previsão é de que o julgamento, que havia sido suspenso no dia 19/11, seja retomado em 4/12.

CARF



Acórdão CARF nº 3201-012.684 – Crédito PIS/COFINS sobre insumos – serviços de pagamento eletrônico

Em decisão recente do CARF, por meio do acórdão nº 3201-012.684 (ainda não publicado), a 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção decidiu, por unanimidade, que a Uber do Brasil tem o direito de aproveitar créditos de PIS e Cofins referentes aos serviços de pagamento eletrônico utilizados em seu aplicativo, considerando esses serviços como essenciais ao seu modelo de negócio. A Receita Federal, que defendia que tais gastos eram meras despesas operacionais, perdeu a argumentação, visto que a primeira instância já havia reconhecido a importância dos pagamentos eletrônicos, excluindo a cobrança sobre serviços de empresas como Adyen do Brasil e PayPal, mas mantendo parte do auto de infração em relação ao PayPal, devido a cláusulas relacionadas a marketing.

No julgamento, no entanto, os conselheiros do Carf entenderam que o contrato com a PayPal era essencialmente similar aos utilizados com as outras processadoras de pagamento, e que as cláusulas de marketing não alteravam essa natureza. A Uber conseguiu demonstrar que não houve prestação efetiva de serviços de marketing, levando à conclusão de que todos os serviços de pagamento eletrônico são essenciais para suas operações, permitindo o aproveitamento integral dos créditos de PIS e Cofins.

Acórdão CARF nº 3002-003.908- Reembolso de despesas com expatriado não gera Cofins-Importação

O CARF decidiu, por maioria, que o reembolso de despesas feito por uma empresa brasileira à sua matriz estrangeira, referente à remuneração de um profissional expatriado, não configura fato gerador da Cofins-Importação, reformando a posição anterior da Delegacia da Receita Federal. O caso envolvia a empresa brasileira que reembolsou empresa italiana pelos salários e benefícios de um funcionário que atuou no Brasil. A Receita Federal havia alegado que os valores pagos estavam sujeitos ao Cofins-Importação, mas o CARF acolheu o argumento da empresa de que se tratava de uma mera restituição de custos.

A relatora destacou a importância do princípio da verdade material e a jurisprudência existente, incluindo a Solução de Consulta COSIT nº 378/2017, que esclarece que remessas ao exterior para reembolso de valores pagos a expatriados não são tributadas pela Cofins-Importação. O voto vencedor enfatizou que reembolsos sem margem de lucro não são considerados receita ou faturamento.

Disse o Fisco Estadual



SEFAZ-SP esclarece: IBS e CBS integram a base do ICMS a partir de 2027; em 2026, devem ser excluídos

A Secretaria da Fazenda de São Paulo, por meio da Resposta à Consulta Tributária nº 32.303/2025, reafirmou que a base de cálculo do ICMS corresponde ao valor da operação ou prestação, englobando todos os tributos que compõem o preço total cobrado do adquirente. Segundo o entendimento, a Reforma Tributária foi estruturada para evitar perdas de arrecadação para Estados, Distrito Federal e Municípios com a substituição dos tributos extintos, de modo que a inclusão dos novos tributos na formação de preços e bases de cálculo preserva a neutralidade federativa.

Nesse contexto, a SEFAZ-SP destacou que a exclusão do IBS e da CBS da base do ICMS reduziria artificialmente a arrecadação estadual, uma vez que os tributos que serão substituídos por IBS e CBS sempre integraram a base do ICMS. Por conseguinte, o Fisco paulista entende que IBS e CBS integram a base de cálculo do ICMS. Contudo, como tais tributos não serão “efetivamente exigíveis” em 2026, o entendimento produz efeitos apenas a partir de 2027. Assim, no ano de 2026, IBS e CBS devem ser excluídos da base do ICMS.

Chama atenção, porém, a existência de posicionamentos divergentes. O Distrito Federal afasta a inclusão do IBS e CBS da base de cálculo do ICMS por ausência de legislação expressa que determine a integração recíproca de bases. Por outro lado, o Estado de Pernambuco, que havia sinalizado que a inclusão de IBS e CBS na base de cálculo do ICMS deveria ocorrer já em 2026, posteriormente afirmou que a inclusão deve ocorrer apenas em 2027, assim como entendeu a SEFAZ-SP.

Novidades da Legislação Federal



Aprovado o Projeto de Lei nº 5.473/2025 – Reforma do IR da pessoa física

O Projeto de Lei nº 5.473/2025 foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e segue para análise da Câmara dos Deputados. O Projeto, de autoria do senador Renan Calheiros, faz parte do pacote de compensação da recente reforma do Imposto de Renda da pessoa física (Lei nº 15.270/2025).

Na versão aprovada pela CAE, o texto atua em cinco frentes principais: (i) aumento da CSLL de instituições financeiras, com foco em fintechs; (ii) aumento da tributação das casas de apostas (bets); (iii) instituição do Programa “Pert-Baixa Renda”; (iv) ajuste ao prazo para deliberação de lucros e dividendos acumulados até 31.12.2025, de forma isenta, para adequar às normas da Lei nº 15.270/2025 à legislação societária; e (v) aumenta a alíquota de retenção sobre o Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 17,5%.

Publicada a Lei nº 15.265/2025

A Lei nº 15.265/2025 institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispôs sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários (TVMs), a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) no exterior, e a compensação de tributos federais.

Quanto ao **Rearp**, sua adesão permite: (i) a atualização de bens adquiridos até 31/12/2024, cuja diferença será sujeita à imposto de renda no percentual de 4%, para pessoas físicas, e 4,8% para pessoas jurídicas, que se submetem também ao pagamento de CSLL à alíquota de 3,2%; e (ii) a regularização de bens ou direitos adquiridos até 31/12/2024, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, cujo montante será considerado acréscimo patrimonial adquirido na referida data, sujeito a imposto de renda à alíquota de 15% e multa de 100%.

Os efeitos da Rearp são condicionados à não alienação do bem imóvel no prazo de 5 anos, e do bem móvel de 2 anos. A adesão deve ser feita no prazo de 90 dias, contado a partir da data de publicação da lei (21/11/2025), mediante a entrega de declaração específica e o pagamento integral ou em primeira quota do imposto e da multa, quando for o caso.

Quanto aos empréstimos de títulos e valores mobiliários, a lei revoga os artigos 6º a 15 da Lei nº 13.043/2014, e detalha e simplifica o regime tributário aplicável a tais operações. A lei também autoriza que resultados negativos de operações de hedge com contrapartes no exterior sejam computados no lucro real e na base da CSLL, desde que realizadas a preços de mercado e registradas em bolsa ou balcão, no Brasil ou no exterior.

Por fim, é importante destacar que a nova lei proíbe compensações de tributos federais com DARF inexistente ou créditos de PIS/COFINS sem relação com a atividade econômica do contribuinte (excetuados os casos de transformação, incorporação ou fusão).

Fique de Olho



Endurecimento das regras para compensação tributária no PL nº 458/2021

O PL nº 458/2021, aprovado pela Câmara, que autoriza a atualização de valores de bens no Imposto de Renda, incorporou trechos da Medida Provisória nº 1303/25, já caducada, promovendo um endurecimento das regras de compensação tributária, especialmente envolvendo créditos de PIS/COFINS, matéria estranha ao núcleo do projeto, que versa sobre atualização e regularização patrimonial.

O dispositivo limita o uso de créditos para abater tributos federais a hipóteses com lastro documental válido e pertinência econômica, vedando compensações baseadas (i) em pagamento indevido ou a maior de tributo, sem documentação de arrecadação que lhes dê amparo; e (ii) créditos obtidos pelo regime de incidência não cumulativa de PIS/COFINS, sem relação com a atividade do contribuinte, salvo em casos de transformação societária, incorporação ou fusão.

Segundo a equipe econômica, a medida busca conter fraudes e usos indevidos de compensações, com potencial de elevar a arrecadação em torno de R\$ 10 bilhões por ano.

Nota Técnica nº 1.33 - Notas Fiscais na Reforma Tributária

Foi publicada no último dia 02/12 a Nota Técnica nº 1.33 assinada pela Receita Federal e Encat, definindo que o preenchimento dos campos referentes ao CBS e IBS não será mais uma exigência para validação das notas fiscais emitidas a partir de janeiro de 2026, concedendo às empresas mais tempo para a adaptação de seus sistemas. Embora a validação automatizada seja adiada, a obrigação legal de incluir e informar os novos dados tributários permanece obrigatória. O adiamento é temporário, e as autoridades confirmam que a exigência de validação será implementada em data futura, ainda não especificada.

O adiamento proporciona às empresas mais tempo para ajustes tecnológicos internos, sem o risco de interrupções operacionais e rejeição de documentos em janeiro de 2026, não os eximindo, contudo, da obrigação de incluir os dados do IBS e CBS nas notas fiscais.

Atualização de 2025 do Modelo de Convenção Tributária da OCDE aprovada em 18 de novembro de 2025 pelo Conselho da OCDE

A atualização de 2025 do Modelo de Convenção Tributária da OCDE, que é utilizado pelo Brasil como base para seus tratados para evitar a dupla tributação, trouxe mudanças relevantes para refletir práticas modernas e aumentar a segurança jurídica. O principal destaque é a inclusão de orientações que esclarecem quando o trabalho remoto pode caracterizar estabelecimento permanente, garantindo maior previsibilidade para empresas diante de novos modelos de trabalho. Além disso, foram introduzidas regras opcionais para atividades de exploração de recursos naturais, ajustes sobre preços de transferência e dedutibilidade de juros, bem como diretrizes para reforçar a eliminação da dupla tributação e ampliar a transparência na troca de informações entre administrações tributárias.



Veja também:

WEBINAR

Metodologias Alternativas de Remuneração de Acionistas e Administradores

Webinar | Metodologias Alternativas de Remuneração de Acionistas e Administradores

TozziniFreire Advogados
1,23 mil inscritos

Nosso Time

Colaboraram para este boletim: **Bernardo Mardini** | Advogado Sênior; **Luiza Tostes** | Advogada Sênior; **Juliana Rosa** | Advogada Sênior; **Parvati Teles** | Advogada Sênior; **Pedro Kulmann** | Advogado Pleno; **Gabriela Mota** | Advogada Plena; **Bernardo Maior** | Advogado Júnior; **Cristian Davalos** | Advogado Júnior; **Lya Cavallari** | Advogada Júnior; **Júlia Mollica** | Advogada Júnior; **Matheus Faria** | Advogado Júnior; **Giuseppe Masi** | Assistente Jurídico; e **Fernanda Debei** | Estagiária.

Este boletim é um informativo da área de [Direito Tributário](#) de TozziniFreire Advogados.